

A capitania mineira sob as lentes da historiografia: formação, mercado interno e industrialização *

The Captaincy of Minas Gerais under the Lens of Historiography: Formation, Internal Market and Industrialization

Fágner João Maia Medeiros, Isadora Pelegrini e Marcos Taroco Resende**

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a economia mineira enquanto objeto historiográfico nos séculos XVIII e início do XIX a partir do advento da História Moderna, localizando duas tradições diferentes de se fazer história: uma orientada às grandes sínteses produzidas pela “geração de 1930” e seus sucessores, e a outra pela literatura desenvolvida a partir da década de 1970, que confrontou essas interpretações clássicas, utilizando recortes específicos e pesquisas primárias de fontes documentais. Para concluir, argumentamos que essa mudança na maneira de apreender a realidade econômica e social esteve intimamente imbricada com as transformações historiográficas da História Econômica, somadas às diferentes questões históricas vivenciadas por esses distintos grupos de autores.

Palavras-chave: Historiografia. Mercado interno. Industrialização. Economia mineira.

Abstract: The aim of this article is to analyze the economy of Minas Gerais in the 18th and early 19th centuries as a historiographical object, since the advent of Modern History within the framework of two different traditions of historical research: one oriented towards the grand syntheses produced by the '1930s generation' and its successors, and the other stemming from the literature developed since the 1970s, which challenged these classical interpretations through specific approaches and primary research based on documentary sources. In conclusion, we argue that this change in the way of apprehending the economic and social reality was intimately linked to the historiographical transformations in Economic History, coupled with the different historical issues experienced by these distinct groups of authors.

Keywords: Historiography. Domestic market. Industrialization. Minas Gerais economy.

JEL: N00. N01. N96.

* Submissão: 15/08/2023 | Aprovação: 11/12/2023 | DOI: 10.5380/re.v45i85.92202 | O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

** Respectivamente: (1) Doutorando em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR-UFMG), Brasil | ORCID: 0000-0003-0366-8535 | E-mail: fagnerjmaia@cedeplar.ufmg.br | (2) Doutoranda em Economia pelo CEDEPLAR-UFMG, Brasil | ORCID: 0000-0002-3584-7848 | E-mail: isadorapelegrini@gmail.com | (3) Doutorando em Economia pelo CEDEPLAR-UFMG, Brasil | ORCID: 0000-0003-2936-0096 | E-mail: marcostaroco07@hotmail.com



1. Introdução

Neste artigo, objetivamos retomar o desenvolvimento da historiografia brasileira, tendo a economia da capitania de Minas Gerais¹ no século XVIII e início do século XIX como objeto de análise. Nosso ponto de partida é situar o nascimento de uma História Moderna (“científica” e “autônoma”) desobrigada de criar narrativas para legitimar projetos nacionais dentro da historiografia da história do Brasil. Sabe-se que o contato e as tensões entre a História e as ciências sociais emergentes no prelúdio do século XIX foi um divisor de águas entre a “História Moderna” e a “História Tradicional”. A última, uma história essencialmente narrativa, centrada em documentos oficiais e marcada por grandes personagens e eventos, transitou para uma “História Moderna”, cuja versão dominante tomou forma na “história problema” da Escola dos Annales, liderada inicialmente por Marc Bloch e Lucien Febvre, no início do século XX. Em resumo, essa renovação historiográfica modificou o ofício do historiador, pois era preciso criticar documentos, incorporar agrupamentos sociais, mobilizar métodos e conceitos das ciências sociais (historicizando-os) (Novais; Forastieri, 2013).

No que se refere à historiografia brasileira, nossa “História Tradicional” correspondia, em grande medida, aos estudos elaborados sob a égide Francisco Adolfo de Varnhagen, no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, com a missão de delinear “um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto das ‘Nações’” (Guimarães, 1988). No entanto, nos interessa aqui o advento da “História Moderna” no Brasil. Há um certo consenso na literatura de que houve uma atualização das interpretações a respeito da colônia a partir das publicações pioneiras dos “intérpretes do Brasil” – como denominou Antônio Cândido (1984).

Nesses termos, a renovação da historiografia brasileira (História Moderna) surgiu com a afamada “geração de 30”, composta pela “história cultural” de Gilberto Freyre ([1933] 2019), seguido pela “sociologia dos opostos” de Sérgio Buarque de Holanda ([1936] 1984), chegando ao “marxismo heterodoxo” de Caio Prado Jr. ([1942] 2000). Ao mesmo tempo, conforme Saes (2017), o nascimento da História Econômica no Brasil ocorreu com o livro *História Econômica do*

¹ Convém aqui ressaltar que, por circunscrever-nos predominantemente ao intervalo temporal do século XVIII, optamos por utilizar o termo “capitania”; contudo, após 1821 as subdivisões do território brasileiro passam a se denominar “províncias”.

Brasil, publicado por Roberto Simonsen ([1937] 2005). Esses trabalhos, vistos em conjunto, não foram ditados propriamente pelo ofício do historiador: na verdade, eram interpretações sociológicas. Apesar disso, todos mobilizaram a História na busca por “grandes sínteses” para explicar o Brasil, tendo a temática da “formação” como recurso chave para explicar os dilemas enfrentados pelo Brasil contemporâneo. A somar, Arruda (2004) acrescenta que o traço dominante desses trabalhos era o ensaio, isto é, não havia um compromisso com uma construção fechada e generalizações eram frequentes.

À luz dessa breve exposição, a formação de Minas Gerais apareceu nesses trabalhos como um capítulo de uma história maior que sistematiza toda a formação econômica e social do Brasil. Primeiramente, na obra *História econômica do Brasil* ([1937] 2005), de Simonsen, encontramos dois capítulos intitulados “Ciclo da Mineração”, que tratam da capitania mineira. No livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Prado Jr. ([1942] 2000), verificamos a atividade mineira na seção “Mineração”. Finalmente, Celso Furtado dedicou três capítulos do seu livro *Formação Econômica do Brasil* (Furtado, [1959] 1980) para tratar da “economia escravista mineira”.

A partir dos anos 1970, com a generalização da criação de cursos de pós-graduação em Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, surge um novo conjunto de trabalhos mais especializados, com forte apelo ao rigor metodológico e fundamentados em pesquisa de arquivos. Boa parte desses trabalhos procuravam revisitar as interpretações clássicas a respeito da formação do Brasil, no entanto, oferecendo uma nova perspectiva a partir da pesquisa centrada em objetos de estudo de menor escala, isto é, um estado, uma cidade, uma região, cada um com suas especificidades.

Podemos destacar, entre os trabalhos de História Regional que tratam da economia durante o período colonial, Alice Canabrava (1972) pesquisando a capitania de São Paulo, Manuel Nunes Dias (1960) investigando a região amazônica, Dauril Alden (1974) discorrendo sobre a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e Mário José Maestri Filho ([1980] 1984) analisando a escravidão no Rio Grande do Sul. Sobre períodos posteriores, podemos destacar o trabalho de Wilson Cano (1977) sobre São Paulo do período imperial até o fim da República Velha, Gadiel Perruci (1978) sobre o Nordeste durante a República Velha e o de Pedro Fonseca (1983) sobre o Rio Grande do Sul durante a República Velha.

Assim, nesse movimento de transformação, diversos pesquisadores se debruçaram sobre a História de Minas Gerais, procurando revisar ideias canônicas a respeito da formação, do mercado interno e da industrialização da capitania mineira.

Diante dessa exposição, o artigo almeja contribuir para a literatura especializada por meio da análise e da avaliação crítica do modo como a economia mineira foi apropriada em dois grandes estilos historiográficos da História do Brasil: de um lado, as “grandes sínteses” produzidas no início do século XX e, de outro, aquele oriundo da “especialização acadêmica” e da profissionalização da história a partir da década de 1970. Considerando isso, é possível destacar a influência dos contextos históricos diferentes na produção do saber histórico no Brasil. Para além dessa importância historiográfica, o recorte para a capitania de Minas Gerais se justifica pela importância da regionalidade para o entendimento da formação econômica do Brasil.

2. As interpretações clássicas da economia mineira

Como delineado acima, as décadas de 1930 e 1940 produziram o que se convencionou chamar por “intérpretes do Brasil”. Arruda (2004) sustenta que a cultura letrada da época seria a chave para compreender esse tipo de produção intelectual. Os intelectuais da “geração de 1930” e seus herdeiros teóricos produziram sua pesquisa diante de um cenário de mudanças aceleradas decorrentes da decadência das oligarquias rurais ao lado da ascensão da atividade industrial. Além disso, um volumoso fluxo migratório recebido no país preencheu as grandes cidades, estabelecendo um ambiente intelectual cuja maior expressão estava no movimento modernista.²

Portanto, a atividade intelectual foi orientada pelos problemas da vida moderna e, por sua vez, respondidos por meio de uma regressão da história expressa no formato de ensaios críticos. Foi diante desse quadro que o engenheiro e industrialista Roberto Simonsen se debruçou sobre o problema de como a estrutura da colonização brasileira teria moldado as possibilidades futuras do país. A rigor, a obra *História Econômica do Brasil 1500-1820* ([1937] 2005) foi

² Na década de 1920, o grande símbolo do modernismo foi a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo. No entanto, é preciso ter em mente que também havia outros polos desse movimento em outras capitais. Dias (1971) sustenta que em Minas Gerais também havia um grupo social bem definido organizado em torno da temática do modernismo. Alguns nomes importantes desse movimento foram: Carlos Drummond de Andrade, Martins de Almeida, Pedro Nava, Emílio Moura e João Alphonsus.

subproduto do seu curso, ainda inédito, de História Econômica do Brasil, ofertado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Nesse livro, Simonsen apreendeu a formação colonial brasileira por meio de uma sequência de ciclos econômicos (do pau-brasil ao café) que teria forjado traços que ainda se faziam presentes na década de 1930 e impediam a consolidação de um mercado interno.

Quanto ao ciclo da mineração, embora a atividade mineradora tenha alcançado o seu apogeu e declínio em um período curto, teria resultado em mudanças substanciais dentro e fora da colônia. A nível interno, o ouro teve resultados diversos: engendrou correntes comerciais e fluxos migratórios no interior do território; estimulou a ocupação da Região Sul ao criar um mercado de gado e tropas; e favoreceu a Região Norte, que pôde vender gado e pessoas escravizadas para esse novo mercado. Por fim, alçou o Rio de Janeiro ao posto de capital e permitiu a formação de capitais em tropas e pessoas escravizadas, mais tarde cruciais para a lavoura de café no Vale do Paraíba e regiões fluminenses.

A nível externo, o ciclo da mineração aqueceu a economia da metrópole, cuja riqueza era logo desviada para a Inglaterra. Firmado em 1703, o tratado de Methuen estabeleceu diretrizes comerciais que eram ordinárias para “os cultores da chamada escola liberal” (Simonsen, [1937] 2005, p. 337). Desde então, Portugal abriu seus mercados para manufaturas têxteis inglesas em troca da livre entrada dos seus vinhos, selando o seu futuro como nação agrícola. Em suma, Simonsen apontou um tipo de paradoxo em que o ouro da capitania mineira foi utilizado para aprimorar as condições sociais nas Ilhas Britânicas.

Esgotado o ciclo da mineração, a capitania mineira se viu em decadência, “numa organização social em que o atraso de seus habitantes, a falta de aparelhamentos técnicos e a alta proporção da população escrava não permitiam um comércio interno suficientemente rico para o seu progresso” (Simonsen, [1937] 2005, p. 377). Simonsen concluiu que faltou à capitania mineira um aparelhamento orientado ao mercado interno que permitisse amortecer o impacto da extinção da atividade mineradora com uma atividade agrícola e pastoril de elevado rendimento.

Em sequência, dois inovadores ensaios sobre a formação do Brasil consolidaram o imaginário do que havia sido a capitania mineira. Em primeiro lugar, Caio Prado Jr. iniciou seu esforço de interpretação do Brasil com a obra *Evolução Política do Brasil* (Prado Jr., [1933] 2006). No entanto, foi no decênio

seguinte, com a publicação de *Formação do Brasil Contemporâneo* (Prado Jr., [1942] 2000), que o autor, mediado pelo materialismo histórico, consolidou sua interpretação clássica sobre o período colonial e garantiu seu lugar no panteão dos intérpretes do Brasil.

Em linhas gerais, Prado Jr. enfatizou que a colonização portuguesa na América não era um fato isolado, uma vez que fazia parte de um episódio mais geral da expansão e do desenvolvimento do comércio continental europeu no século XVI. Nesses termos, a colonização portuguesa forjou na América uma sociedade que, embora fosse uma extensão das sociedades europeias, era dotada de um sentido próprio que designou toda a organização econômica (grande propriedade, monocultura) e social (escravidão) da colônia e que, ademais, ainda teria influência sobre o Brasil contemporâneo. Desse modo, o “sentido da colonização” dos trópicos era tornar-se uma vasta empresa comercial, orientada para o exterior, como simples fornecedora para o comércio internacional.

Inicialmente, foram esses traços que moldaram a grande lavoura açucareira e outras atividades. No que se refere à economia da capitania mineira, seu núcleo dinâmico, no século XVIII, esteve associado à mineração. Para Prado Jr., essa atividade também estava circunscrita ao “sentido da colonização”. Sendo assim, foi desenvolvida à margem das necessidades próprias da sociedade brasileira, objetivando lucros rápidos com menores custos e, claro, a remessa do excedente à metrópole.

Conforme Prado Jr., esses traços poderiam ser notados pela forte presença da colônia na regulação da atividade mineradora. Por um lado, a metrópole elaborou uma legislação própria para a atividade mineira, impondo um oneroso sistema fiscal, casas de fundição, superintendentes e intendentes responsáveis pela fiscalização e repartição da produção. Por outro, durante todo o período, não houve sequer investimentos em equipamentos ou recursos técnicos para aperfeiçoar a extração do ouro. Esse descaso da metrópole com a atividade mineira implica na tese de Prado Jr. ([1942] 2000, p.178) de que não havia intenção alguma em desenvolver um mercado na capitania mineira, pois “nada interessava senão o quinto”. No mesmo sentido, o autor acrescentou que os funcionários, burocratas e bacharéis mostravam-se alheios à mineração: “não deram nunca um passo no sentido de promover melhorias, tentar o aperfeiçoamento dos processos empregados na extração do ouro” (p.177).

Diante desse quadro, o esgotamento da atividade mineradora não tardou. Na perspectiva de Prado Jr. ([1942] 2000, p.173), no alvorecer do século XIX “[...] a mineração sofre então seu colapso final. Nada se acumulara na fase mais próspera para fazer face à eventualidade”. Assim, mesmo onde a extração conservou grande dinâmica por vários decênios, o resultado foi uma decadência profunda que era explicada pelo caráter temporário dessa atividade, quer dizer, o sentido da colonização nunca foi consolidar um mercado regional. Para o autor, em resumo, a mineração não passou de uma “aventura passageira”.

De modo similar a Prado Jr., Celso Furtado escreveu *Formação Econômica do Brasil*, obra que, segundo Oliveira (2003), converte o autor em “demiurgo do Brasil” ao lado dos clássicos da “geração de 1930”. O livro objetivou examinar o processo de “formação” enfatizando a estrutura produtiva primário-exportadora voltada “para fora” até a reversão do centro dinâmico da economia em 1930, que se orientou para o mercado interno com o esforço industrializante. Em linhas gerais, a sua originalidade em relação às obras anteriores foi, primeiro, utilizar uma “roupagem cepalina” para interpretar o caso brasileiro, empregando uma periodização e teses (como deterioração dos termos de troca e tendência ao estrangulamento externo) caras ao estruturalismo latino-americano, assim consolidando o método histórico-estrutural; e, segundo, mobilizando conceitos da macroeconomia moderna keynesiana (sem historicizá-los), como o de renda, demanda agregada, elasticidade e até a ideia de multiplicador³ na qual Furtado teria absorvido enquanto redigia o livro, entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958, no King's College em Cambridge.⁴ Nesse sentido, logo na introdução, Furtado ([1959] 1980) argumenta que essa não se pretende ser uma obra de história, mas uma análise econômica, se desobrigando, assim, de compromissos metodológicos mais robustos – no sentido historiográfico, isto é, referente ao tratamento de fontes.

Nessa obra, o autor versou sobre a economia escravista mineira estabelecendo algumas comparações com a economia do açúcar do Nordeste; dentre elas, o próprio caráter divergente do trabalho livre e compulsório em ambas as regiões. Segundo Furtado ([1959] 1980), enquanto na economia açucareira os

³ Oliveira (2003, p. 19), inclusive, avança no argumento ao caracterizar esse livro como uma “leitura keynesiana da história brasileira”.

⁴ Nesse sentido, o ambiente intelectual, que permitia o contato com personalidades como Richard Kahn, Joan Robinson e Piero Sraffa, bem como o acesso ao acervo das bibliotecas da Universidade, tiveram papel central na abordagem utilizada por Furtado (Furtado, 2014).

trabalhadores escravizados constituíam a maioria da população e os trabalhadores livres possuíam poucas alternativas de ascensão social, na economia mineira a mobilidade social para homens livres era considerável. Isso decorria, em primeiro lugar, da prescindibilidade de mobilização de grandes volumes de capital para investimento. Além disso, existia a possibilidade de os trabalhadores escravizados comprarem de volta a própria liberdade, com a quantia que poderiam pagar a seus senhores trabalhando por conta própria.

Ademais, o autor enfatizou que, devido às condições geográficas de Minas Gerais, houve a necessidade da constituição de um sistema complexo de transporte, no qual as tropas de mulas desempenhavam papel central e, como consequência, a economia mineira articulou-se com o mercado do Rio Grande do Sul – e, em menor escala, o do Mato Grosso –, especializado em pecuária, fomentando a expansão da pecuária extensiva no país. Além disso, Furtado destacou que, após o fim do ciclo açucareiro do Nordeste, a produção de gado da região passou a escoar para Minas Gerais. Nesse sentido, Furtado colocou a mineração como centro dinâmico da economia no período, ao mesmo tempo em que avançou ao identificar a articulação dessa atividade econômica com os outros mercados regionais da colônia.

Levando em conta, portanto, o dinamismo da economia aurífera e os empecilhos da importação de bens de consumo – distância dos portos, relevo acidentado, encarecimento dos produtos etc. –, Furtado defendeu que era de se esperar o desenvolvimento endógeno de atividades manufatureiras ligadas ao mercado interno; no entanto, esse processo “foi praticamente nulo” (Furtado, [1959] 1980, p.79), tendo em vista a insuficiência técnica de Portugal.

Assentado, portanto, na ideia de que não houve em Minas Gerais o estabelecimento de atividades econômicas permanentes, Furtado interpretou o declínio da economia da mineração como uma involução econômica que se acentuou até o advento da economia cafeeira. O capital aplicado no setor regrediu e a migração de mão de obra livre e escravizada foi inevitável. Os centros urbanos existentes foram, lentamente, se desarticulando até dar lugar a uma economia de agricultura de subsistência que trabalhava “com baixíssima produtividade” (Furtado, [1959] 1980, p.86).

Na obra *Uma Economia Dependente*, publicada anos antes de *Formação Econômica do Brasil*, Furtado (1956) nos esclarece que entendia economia de

subsistência como “os restos reunidos e justapostos de todas as economias de exportação que tinham perdido sua razão de ser”. Afirma, então, que enquanto algumas atividades exportadoras subsistiam trabalhando com capacidade reduzida, outras “praticamente desaparecera[m], como foi o caso das atividades de mineração na região central do país” (Furtado, 1956, p.14). Essa interpretação harmoniza perfeitamente com sua perspectiva totalizante, isto é, a narrativa da construção do Brasil enquanto nação, visto que explica os primórdios do excedente estrutural de mão de obra, necessário à reprodução do subdesenvolvimento brasileiro.

Em síntese, existem semelhanças fundamentais na abordagem de Simonsen, Prado Jr. e Furtado. Os principais elementos que podemos reter referem-se, essencialmente, à interpretação totalizante no tempo e no espaço, isto é, da história “a longo prazo” do Brasil, no qual a particularização regional é realizada apenas como um capítulo para complementar o movimento geral que, por sua vez, se manifesta em ciclos de atividades produtivas – do pau-brasil, do açúcar, da pecuária, da mineração e do café. Destarte, a adoção do “ciclo” como perspectiva para o estudo da História Econômica tornou-se um traço fundamental desse período da historiografia⁵, de modo que a economia de Minas Gerais se tornou um dos vários ciclos de acumulação da colônia portuguesa, que se diferenciou pela interiorização do povoamento e por sua capacidade de integração dos mercados regionais da colônia. Nessa perspectiva, mais especificamente, os autores defenderam a tese da estagnação da atividade econômica de Minas Gerais com o fim do ciclo do ouro.

Ademais, identificamos também uma pesquisa orientada a interpelar o problema histórico pela perspectiva econômica e sociológica.⁶ Interessa ressaltar

⁵ De acordo com Saes (2017), essa noção de “ciclo” começou com o trabalho de Azevedo (1928) e foi incorporada pelos trabalhos que o sucederam, tal como Simonsen e Prado Jr., chegando ao “ciclo da mineração” de Celso Furtado. É digno de nota ressaltar que autores como Caio Prado e Celso Furtado não utilizaram a ideia de ciclo de forma tão mecânica quanto Simonsen, quer dizer, através da descrição de flutuações conjunturais de uma sequência de produtos e regiões. Para melhor descrição dos diferentes usos da ideia de “ciclo econômico”, ver o verbete escrito por Faria (2001).

⁶ É possível indicar uma aproximação dos trabalhos de Prado Jr. e Furtado com a historiografia praticada pela Escola dos Annales nas primeiras gerações. Prado Jr. foi aluno de Fernand Braudel no período em que o historiador ministrou a cadeira de História da Civilização na Universidade de São Paulo (USP), entre 1935 e 1937 (Martinez, 2002). A somar, mais tarde, Braudel ([1948] 1999) escreveu uma resenha em que teceu elogios às obras de Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo* ([1942] 2000) e *História Econômica do Brasil* ([1945] 2004). Furtado, por sua vez, era contemporâneo de Braudel na Universidade de Paris, tendo o primeiro defendido sua tese de doutorado em 1948 e o último em 1947. Furtado não menciona Braudel como influência intelectual, mas destaca a importância de Henri Pirenne para enriquecer

que, trabalhar com tema ou recorte de pesquisa amplos, ao mesmo tempo que possui o benefício de captar a dinâmica preponderante e holística do objeto de estudo – impraticável para um trabalho fragmentado –, também incorre no ônus de incluir diversas lacunas; estas foram apontadas por diversos estudiosos a partir de 1970.

3. O debate historiográfico revisionista sobre a Economia Mineira

A partir dos anos de 1970, o debate historiográfico tomou novos rumos. No âmbito da História Geral, Novais e Forastieri (2013) apontaram que a História, assim como outras disciplinas, sofreu influência da “crise dos paradigmas” e seus efeitos resultaram na abertura para novos objetos, problemas e abordagens. Para esses autores, a expressão mais acabada dessa “novíssima história” estaria na terceira geração da Escola dos Annales, agora com menor ênfase em economia e sociologia, e com uma incidência maior da antropologia e da etnografia em suas pesquisas. Em adição, Revel (2010) afirmou que entre esses novos historiadores havia uma preocupação em resgatar a narrativa e o estudo dos eventos que haviam sido ofuscados por uma preocupação excessiva, *à la* Braudel, com o nível da estrutura.

No que se refere à historiografia brasileira, essa mudança de temas significou o abandono das “grandes sínteses” e da “temática da formação” para pesquisas de caráter mais específico, com recortes temporais e espaciais circunscritos. Saes (2017) explicou que esse movimento esteve associado à constituição dos cursos de pós-graduação nos anos setenta, resultando na profissionalização e especialização das pesquisas em História, além de um diálogo mais sistemático com a historiografia internacional. Desde então, havia “[...] obrigatoriedade da realização de dissertações e teses para a carreira universitária. Mas além do crescimento quantitativo, houve significativos avanços em termos de métodos e técnicas de pesquisa e exploração de fontes primárias originais” (Saes, 2017, p. 192). Nesses novos estudos, as regiões se tornaram objetos de pesquisa em si mesmas, de modo a verificar as interpretações totalizantes.

o seu modo de entender a história procurando um sentido, uma lógica própria (Vieira, 2004). Pirenne foi um historiador belga cujo trabalho prezava pela interdisciplinaridade com as ciências econômicas e sociais. Bloch e Febvre o convidaram duas vezes para assumir a direção da revista dos Annales antes de sua fundação, no entanto, Pirenne recusou (Burke, 1990).

Os reflexos desse movimento modificaram o modo de fazer História Econômica no Brasil. Segundo Paula (2021), os ciclos econômicos finalmente saíram de cena, e isso foi uma conquista pois “tal maneira de ver as coisas resultou num reducionismo problemático, ao ignorar a existência de ‘complexos econômicos’, para além da exportação de alguns produtos”. Esses complexos econômicos expressariam em um mesmo espaço regional diversas formas de organização econômica-social, no qual o setor tipicamente capitalista e geralmente exportador, isto é, caracterizado pelo pleno desenvolvimento do mercado de terras e a proletarização do trabalho, seria apenas uma modalidade, mesclada em um sistema econômico complexo. Essa heterogeneidade interna se dava tanto em nível nacional (diferença entre regiões brasileiras) quanto no interior de cada região particularmente. Para o autor, uma das características principais do mercado interno brasileiro até a segunda metade do século XX foi a “existência de um efetivo arquipélago de relações de trabalho, tecnologias, graus de mercantilização e monetização, estruturas fundiárias regionalmente diferenciadas” (Paula, 2012b, pp. 12-13)⁷.

Realizando constatações semelhantes, um volumoso número de pesquisas apontou limites empíricos ao trabalhar com a ideia de ciclos na economia colonial (Faria, 2001). A saber, descobriu-se que o pau-brasil foi exportado, pelo menos, até o fim do século XVIII,⁸ o açúcar nunca havia deixado de se expandir mesmo em regiões distantes do Nordeste e o ouro seguiu sendo extraído, em menor escala, na segunda metade do século XVIII. Quanto à produção historiográfica, as interpretações seminais de Prado Jr. e Furtado tornaram-se temas recorrentes de revisão e desdobramento. Portanto, havia surgido uma nova geração de historiadores, influenciada pelas novas tendências historiográficas (micro-história, história regional, história social, história serial e quantitativa), que questionava a validade de uma “história totalizante” pelo fato desta não dar conta de eventos e de particularidades da história.

Nesse contexto, a partir das décadas de 1970 e 1980 foi disseminada pela literatura uma tendência a realizar estudos regionais sobre a economia colonial fundamentados em ampla base empírica e voltados exclusivamente para a própria

⁷ Para uma análise dessas heterogeneidades nas economias nordestina, amazônica, sulista e mineira ver Paula (2012b).

⁸ É válido dizer que a relevância do pau-brasil no comércio exterior brasileiro até meados do século XIX, já havia sido notada na década de 1940 pelo autor americano Alexander Marchant (1943).

área, demarcando uma ruptura com o estilo ensaísta e as interpretações totalizantes e que, não raro, levou a qualificações claras a respeito das proposições dos autores clássicos. Foge do escopo do trabalho analisar toda a diversidade de recortes, metodologias e abordagens dessa literatura, que denominamos aqui “reversionista”, por se caracterizar pelas revisões das grandes interpretações. Por isso mesmo, discutimos dois temas cruciais que marcaram o debate historiográfico em torno da economia mineira nos séculos XVIII e XIX: 1) a dinâmica do mercado interno e a diversificação produtiva após a crise da mineração; e 2) os fatores que impossibilitaram a industrialização em Minas Gerais.

3.1 Sobre o mercado interno e a diversificação produtiva após a crise da mineração

No que se refere à economia mineira do século XVIII, a pretensa regressão econômica e a desarticulação da economia rumo à subsistência após o *boom* minerador, postulada por Simonsen, Prado Jr. e Furtado, tornou-se um tema fundamental de revisão historiográfica. Nos termos de Cosentino (2013), “até o início da década de 1980, prevaleceu na historiografia econômica a convenção de que, com o declínio da mineração no final do século XVIII, a economia mineira do século XIX tinha sido marcada pela involução econômica e pela produção para subsistência”. Adiante, destacamos importantes trabalhos dessa nova geração de historiadores que combateu a tese de regressão econômica da economia mineira, jogando luz nas relações intracoloniais e intercoloniais.

Em 1979, Alcir Lenharo (1993) publicou *As Tropas da Moderação* como resultado da pesquisa realizada em seu mestrado no programa de pós-graduação em História Social na Universidade de São Paulo. Seu objeto de pesquisa foi o abastecimento urbano – em particular, o que concerne à produção mercantil de gêneros de primeira necessidade destinados ao consumo interno – e seus encadeamentos políticos no Centro-Sul de Minas Gerais na primeira metade do século XIX, destacando a importância desse comércio não só para a diversificação e dinamização da atividade econômica, como também para a ascensão social de uma elite de produtores agropecuários articulada com a Corte.

O autor se ocupou de um conjunto heterogêneo de fontes. Para traçar o quadro estrutural do Brasil Império, utilizou-se desde registros de leis, decretos e alvarás do governo imperial até textos narrativos de viajantes (como, por exemplo,

os relatos de Saint-Hilaire). Ademais, sua pesquisa também requereu a documentação existente em diversos arquivos, como o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, o Arquivo Público Mineiro e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que forneceram desde informações quantitativas a respeito da estrutura dos mercados e condições de abastecimento até matérias jornalísticas que evidenciavam o caráter da imprensa e da opinião pública da época.

Com base nessa documentação extensa, Lenharo argumentou que Simonsen atribuía um caráter não-histórico para o desempenho da economia de subsistência por insinuar um vazio entre as atividades econômicas da mineração e do café. Alega, ademais, que Furtado repetiu a mesma esquematização de Simonsen, diagnosticando o atrofiamento da economia mineradora. Nesse sentido, o autor criticou o conceito de subsistência de Furtado, visto que este não compreende a formação de uma classe de empresários que produzem para o consumo doméstico objetivando a criação de um excedente.

Em seu livro, Lenharo defendeu a tese que a crise da mineração, no final do século XVIII, ocasionou uma reorganização econômica em torno da produção de subsistência. Para isso, destacou que o Sul de Minas já era especializado na produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade voltados para o abastecimento da capitania durante o auge da atividade mineradora. Conseqüentemente, desfrutava de algumas pré-condições – tecnologia relativamente complexa, abundância de água, melhor alimentação do gado – para o desenvolvimento de uma empresa agrícola mercantil. Portanto, sustentou que o cunho mercantil da produção de subsistência no Sul de Minas possibilitou a assimilação não só dos capitais que reverteram da mineração em crise, como também do fluxo migratório e da mão de obra escravizada.

O escoamento dessa produção, segundo o autor, era maciçamente encaminhado ao mercado carioca.⁹ Desse modo, o Rio de Janeiro se consolidava como o núcleo exportador central do Brasil. Partindo de toda essa revisão, o autor

⁹ De acordo com Lenharo, esse processo foi impulsionado no período joanino pelo príncipe regente - ou seja, uma articulação política entre a Corte e a classe incipiente de empresários/produtores -, por meio do investimento em infraestrutura terrestre, principalmente com a abertura de estradas que ligavam a capital do país com o interior de Minas Gerais e com o Espírito Santo, e pelo fomento à produção agropecuária e mineradora, principalmente com a doação de sesmarias.

concluiu – contestando Furtado e Prado Jr. – que não houve tendência alguma de involução econômica em Minas Gerais após o declínio da mineração. Pelo contrário, a economia de subsistência do Sul de Minas estava voltada para os mercados, operando com relativamente alta produtividade e complementaridade integrativa entre as fazendas, as vendas, as pastagens e os postos de serviço.

Outro trabalho que lançou luz sobre o aspecto da complexidade da economia mineira após o fim do auge aurífero, especificamente no século XIX, foi o de Roberto Borges Martins (1980), com sua tese de doutorado sobre a economia escravista mineira, defendida na Universidade de Vanderbilt em 1980. Em 2018, a tese intitulada *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX* foi publicada integralmente no Brasil pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e pelo Instituto Cultural Amílcar Martins (ICAM). Martins criticou de forma acentuada a falta de pesquisas na historiografia econômica, devidamente orientada a dados básicos e fontes documentais, destinadas a entender a capitania. Para o autor, o maior obstáculo dessa constatação foi “[...] uma distorção legada pelo colonizador e ainda profundamente arraigada na historiografia econômica do Brasil, qual seja, a noção de que a exportação é a única coisa que interessa” (Martins, 1980, p. 30-31). Ou seja, o autor chamou a atenção para a distorção provocada pelo recorte da história através de “ciclos” do açúcar nordestino, do ouro em Minas, e do café.

A crítica de Martins decorre precisamente da noção de que a “exportação é a única coisa que interessa”: ele aponta que aquelas atividades não exportadoras são reduzidas a “decadentes”, “estagnadas”, “periféricas” e “dependentes”, tomadas como “indignas de estudos e pesquisas”, uma vez que o dinamismo, pretensamente, dependeria exclusivamente do setor exportador. Em uma nota de rodapé, uma crítica direta é realizada à interpretação de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, que a economia mineira “recebe o mais reles dos rótulos possíveis – a economia de subsistência – e fica condenada ao esquecimento” (Martins, 1980, p. 31). Para o autor, o tratamento analítico de Furtado foi “particularmente inepto”.

O recorte para a questão da escravidão teve como objetivo questionar a concepção que, após o fim do *boom* minerador, os escravizados empregados na atividade foram transferidos para as *plantations* de café, surgidas no século XIX.

Ao contrário, para Martins, a maioria dos escravizados de Minas Gerais no século XIX jamais esteve em uma mina, nem em uma fazenda de café. Além disso, o aumento da população escravizada não teria sido herança da mineração nem efeito da expansão da economia cafeeira. Em alternativa, sua causa fundamental teria sido as importações recentes (início do século XIX) das atividades não voltadas para a exportação. Para ele, a abundância de terra somada à falta de um mercado de trabalho livre teria induzido a continuidade da aquisição de mão de obra escravizada. Por meio do acesso a um conjunto apreciável de fontes documentais – tais como recenseamentos, relatórios da agricultura, relatos de viajantes, censos, entre outros –, o autor concluiu que o trabalho escravo era utilizado em uma variedade de atividades internas destinadas ao autoconsumo e à venda em mercados locais, que não eram voltadas para a exportação.¹⁰

Saltando para os anos de 1990, novos embates marcam a historiografia brasileira. Destacamos aqui o movimento crítico à “historiografia paulista”¹¹, encabeçado pela dupla João Fragoso e Manolo Florentino (1993) com o livro *Arcaísmo como Projeto*. Nesse trabalho, ambos criticaram a perspectiva “externalista” presente na tese do “sentido da colonização” de Caio Prado Jr., no qual o propósito único da colônia seria criar e transferir excedentes para a Europa em plena transição para o capitalismo industrial. Em alternativa, Fragoso e Florentino afirmaram que a estrutura produtiva colonial permitiu a formação de um setor mercantil que era capaz de expropriar o excedente e garantir dinâmica interna à colônia, a níveis até mesmo superiores à dinâmica externa.

Nessa perspectiva, Fragoso e Florentino inverteram a explicação do atraso brasileiro, retirando o peso sobre as relações desiguais de dependência com o centro capitalista e associando-o à formação de uma elite pouco interessada no desenvolvimento do país, que despejava suas forças na construção de uma estrutura hierárquica, arcaica e desigual, no qual ela se beneficiaria no topo dessa estrutura. Essa obra, ao lado de outras pesquisas associadas, consolidou o

¹⁰ Mais tarde, Slenes (1988), na mesma direção que Martins, corroborou com a tese da continuidade do tráfico de pessoas escravizadas, entretanto ofereceu outras explicações ao fenômeno, como: i) a existência de uma economia extrativa e agropecuária relevante, orientada para mercados fora da capitania (na colônia e no exterior); e ii) o alto custo do transporte mantinha o preço dos produtos importados para a capitania elevados garantiu incentivos aos setores que produziam para o mercado interno da capitania.

¹¹ Por “historiografia paulista” referimo-nos à tradição historiográfica “fundada” por Prado Jr. e, posteriormente, refinada na tese de Fernando Novais intitulada *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, posteriormente publicada em livro (Novais [1973] 1995).

desenvolvimento de uma “historiografia fluminense” dentro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF),¹² que, muito antes, esteve interessado em revisitar diversos temas da economia colonial, estando, entre eles, a atividade econômica da capitania de Minas Gerais.

No que se refere à economia mineira, João Fragoso (1992), no livro *Homens de Grossa Aventura*,¹³ notou a partir dos vínculos da montagem de uma economia agrário-exportadora no Vale do Paraíba Fluminense no século XIX que a imagem da economia mineira não se assemelhava a estagnação descrita por Prado Jr. e Furtado. Fragoso, por meio de uma ampla documentação retirada em inventários *post mortem*, escrituras públicas, balanços comerciais e registros aduaneiros, identificou a construção de um mercado regional no Vale do Paraíba no momento de retração da economia mundial, fazendo-o notar que havia uma classe mercantil de negociantes residentes ligada às relações comerciais estabelecidas no interior da colônia portuguesa, tendo um vínculo estreito com a capitania mineira. Portanto, esses grandes mercadores que controlavam redes de tráfico de pessoas escravizadas e alimentos que desembarcavam no Rio de Janeiro eram os ditos “homens de grossa aventura”.

No capítulo intitulado *Minas Gerais: escravos e camponeses no complexo agropecuário voltado para o abastecimento interno*, Fragoso, tal como Martins (1980), atestou um expressivo crescimento demográfico na capitania mineira, em grande medida apoiado por um grande fluxo de trabalhadores escravizados direcionados para um mercado interno de alimentos responsável por abastecer outras regiões da colônia. Derivado disso, o autor mostrou como em Minas Gerais não somente havia formado um setor ligado à exportação, mas também havia constituído um crescente mercado de outros gêneros de primeira necessidade que, por sua vez, garantia a acumulação de capital da região desde o final do século XVIII. Nas palavras de Fragoso,

[...] Na verdade, o que observamos é, ao lado do definhamento da atividade mineradora, o crescimento de uma agricultura e de uma pecuária mercantil não exportadoras já existentes desde o início do

¹² É preciso destacar a figura central do historiador Ciro Flamarion Cardoso dentro da UFF. Cardoso (1979) já questionava os fundamentos da “historiografia paulista”. Além disso, o autor teve um papel fundamental no desenvolvimento de teses e dissertações na UFF, chegando a orientar a tese de Florentino (1997) e a participar da banca de Fragoso.

¹³ Este livro corresponde aos quatro primeiros capítulos da tese de doutorado de Fragoso, defendida dois anos antes (Fragoso, 1990).

século XVIII; é isto que explica o fato de Minas aparecer, em 1819, como a maior capitania escravista do país (Fragoso, 1992, p. 125).

As revisões também mobilizaram autores estrangeiros. No texto *The mining-driven economy and its demise: from settlement to 1808*, o historiador norte-americano Laird W. Begard (1999) teceu sua principal crítica e contribuição ao debate que não houve uma geral decadência da atividade econômica na segunda metade do século XVIII, como afirma Celso Furtado¹⁴.

A pesquisa do autor baseia-se em um conjunto de fontes documentais, como relatórios do governo mineiro e da assembleia legislativa, mapas, inventários e outros documentos, a exemplo de uma série de *Almacks* municipais e relatos e descrições de viajantes e pessoas que ocupavam cargos nos governos municipais da época, encontrados no Arquivo Público Mineiro. Begard critica o uso do termo “decadência”, por entender que talvez ele seja aplicável a apenas algumas regiões que dependiam quase exclusivamente da mineração na primeira metade do século. No entanto, na segunda metade, haveria evidências sobre a dinâmica de outras atividades econômicas, em especial a agricultura, não só a de subsistência, mas também a comercial. Pela análise das evidências do autor, na verdade, “[...] *there was a transition to a new economic order built around the agriculture and pastoral activities that had first emerged from necessity, and then from market opportunities provided by the mining boom earlier in the eighteenth century*” (Begard, 1999, p. 18). A principal contribuição do autor foi olhar o espaço econômico de Minas Gerais de uma forma mais heterogênea, com subespaços econômicos, onde havia diferentes atividades econômicas e mercantis.

Nesse sentido, o autor citou diversos exemplos, os quais destacam: na segunda metade dos setecentos, a produção de algodão se tornou a maior atividade do nordeste de Minas, na Comarca de Serro; a produção de tabaco tornou-se uma importante atividade na Comarca do Rio das Mortes, que estabeleceu relações comerciais com São Paulo e com o Rio de Janeiro; no Sul de Minas, em Aiuruoca, Jacuí e Baependi, além do tabaco, queijo, carne bovina e porcos e outros animais

¹⁴ É importante frisar que Begard não cita diretamente Furtado; na verdade, cita “A decadência das Minas e a Fuga da Mineração”, de Waldemar de Almeida Barbosa (1971), mas sua crítica é claramente direcionada à interpretação clássica do autor.

também foram exportados para o Rio de Janeiro pela demanda da corte; no centro e no sul de Minas a cultura do café também se expandiu¹⁵.

3.2 Sobre a possibilidade de industrialização em Minas Gerais

O reacendimento do debate, na década de 1970, acerca da possibilidade de industrialização em Minas Gerais no final do século XVIII e início do XIX, é reflexo do insuficiente desenvolvimento da indústria no estado – em comparação com São Paulo e Rio de Janeiro – em meados do século XX. Historicizando essa questão, Paula (2012b) observa que as economias paulista, mineira e fluminense possuíam uma produção similar de café em 1880, a partir de quando há uma expansão cafeeira em São Paulo para o Oeste, o que contribuiu para criar condições para a industrialização de São Paulo e a estagnação da produção cafeeira em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Dessa forma espelhada, essa preocupação se devia à própria história da economia mineira, cuja expansão cafeeira não foi uma condição suficiente para a industrialização, como foi em São Paulo¹⁶.

A tomada de consciência de tal atraso relativo se consolida na década de 1950,¹⁷ mas foi com a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) em 1962, com o corpo técnico composto de economistas, em sua maioria professores e egressos da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (Diniz, 1981), que a problemática do “subdesenvolvimento mineiro” passa a ser rigorosamente pesquisada, culminando na elaboração do Diagnóstico da Economia Mineira em 1968, amplamente difundido e debatido, inclusive pela imprensa.¹⁸

¹⁵ Diversos outros trabalhos têm se debruçado na exploração da heterogeneidade do espaço econômico-social de Minas Gerais, produzindo pesquisas com farta documentação primária sobre diferentes regiões e cidades da província. Como exemplos, cita-se na Zona da Mata, ver os trabalhos de Giroletti (1987) e Pires (1993) para o caso de Juiz de Fora. Na região central, ver o trabalho de Graça Filho (1998) para o caso de São João Del Rei. Finalmente, para o Sul de Minas, ver Saes e Martins (2012).

¹⁶ Para o autor, cada processo de constituição do mercado capitalista via acumulação de capital é historicamente único e depende do grau de mercantilização do trabalho e da terra que, por sua vez, responde às relações sociais. Analisando comparativamente os casos das províncias de São Paulo e Minas Gerais, sua perspectiva é que, por um lado, em São Paulo a acumulação de capital avançou mais devido à expansão da fronteira do café para o Oeste e da renda da terra, à entrada significativa de imigrantes, que fortaleceu o mercado de trabalho livre e a integração do mercado interno paulista devido aos maciços investimentos em ferrovias. Por outro lado, em Minas Gerais houve estagnação da produção do café e, ainda que houvesse dinamismo e diversificação na economia mineira, estes se assentavam na “reiteração tanto das velhas relações de trabalho e escravidão, quanto da manutenção da velha estrutura de posse de terras” (PAULA, 2012b, p. 370).

¹⁷ Para uma perspectiva de médio e longo prazo da estruturação da ação estatal mineira, ver Lacerda (2019).

¹⁸ Diniz (1981, p. 154) destaca a presença de Dr. Paulo Camillo de Oliveira Penna, que foi presidente do BDMG, e do professor Fernando Antônio Roquette Reis, que dirigiu o Departamento de Estudos e

Em síntese, o Diagnóstico propagou a interpretação do empobrecimento relativo de Minas Gerais em decorrência do histórico de exploração da região, desde a mineração de ouro e pedras preciosas, passando pelo fornecimento de ferro, aço e insumos para outros polos industriais do país, até o abastecimento de energia elétrica para a industrialização de São Paulo; argumento que permitiu, além da promoção do BDMG, um maior poder de negociação com o Governo Federal. Nesse sentido, durante a década de 1970, Minas Gerais torna-se uma localização privilegiada de investimentos industriais, tanto oriundos de capital público quanto de capital estrangeiro, com destaque para a implantação da FIAT em Betim.

No bojo desse contexto, o estudo intitulado *A Economia do Ouro em Minas Gerais (Século XVIII)*, de autoria do economista Wilson Cano ([1973] 2002), faz parte de uma coletânea de artigos sobre a temática da economia regional brasileira. A hipótese central do texto é que não havia a possibilidade efetiva de industrialização de Minas Gerais, apesar da capacidade de integração econômica nacional. O texto é destinado a contestar as perspectivas de, principalmente, Celso Furtado e de Antônio Barros de Castro sobre o tema.

A argumentação de Furtado era que a não-industrialização de Minas Gerais não era uma reação ao Alvará português de 1785, que proibia as manufaturas no Brasil. O autor aponta como causa principal “a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável” (Furtado, [1959] 1980, p.79). Isto é, Portugal, tolhido pela Inglaterra por meio do Tratado de Methuen e mantido pelo fluxo da rentável produção aurífera brasileira, não havia ainda desenvolvido sua indústria ou acumulado técnica manufatureira de modo a transmiti-la para suas colônias. Assim, não seria possível fomentar a industrialização brasileira, o que explicaria o fracasso das iniciativas de indústria siderúrgica, uma vez que não havia mercado suficiente. A indústria têxtil que, por sua vez, possuía mercado, teria sido sufocada pela “forte baixa dos preços dos tecidos ingleses”, o que “tornou difícil a própria subsistência do pouco artesanato têxtil que já existia no país” (Furtado, [1959] 1980, p.106). Castro (1971) participou do debate concordando com as explicações sobre a razão da não

Planejamento do BDMG, ambos professores da FACE-UFMG, o que permitiu que “a equipe do BDMG fosse orientada na busca de explicações teóricas e sistemáticas dos desequilíbrios regionais brasileiros, especialmente da posição de Minas”.

industrialização de Minas Gerais, mas discordando de Furtado quanto ao menor peso explicativo dado ao Alvará de 1785: para o autor, tal decreto constituiu a razão fundamental.

Tendo essas duas perspectivas definidas, Cano ([1973] 2002) posicionou-se contra elas. O autor discorda dos fatores explicativos de Furtado e Castro, argumentando que nem mesmo havia condições e possibilidades efetivas para a industrialização na época, algo que Furtado reconhecia. Para desconstruir o pressuposto subjacente do trabalho de Castro que a industrialização era possível e de toda a importância dada por Furtado ao Tratado de Methuen, Wilson Cano emprega uma pesquisa quantitativa e documental a respeito dos dados da realidade econômica mineira no século XVIII.

Primeiramente, o autor se concentrou no problema da formação de um complexo econômico. Para ele, *a priori* poder-se-ia pensar que de fato houve tal complexo econômico pela análise dos efeitos da mineração nas pecuárias nordestina e do Sul, assim como internamente por sua urbanização e composição de homens livres. Contudo, a despeito desses efeitos – de fato importantes – é necessário observar o destino do excedente e o potencial de acumulação. Na posição do autor, a economia mineira não gerou endogenamente os efeitos que provocou externamente (para outras regiões), isto é, a maior parte das necessidades locais de subsistência foi atendida pelas importações do exterior ou de outras regiões do Brasil. Analisando registros históricos, o autor afirma que 3/4 da produção foi exportada para Portugal. Do resíduo, ainda deve-se contabilizar o “ouro improdutivo” – despendido em obras de artes ou puramente no entesouramento. Assim, pouco era retido internamente (aproximadamente 1/4 para a acumulação interna da região mineradora). Essa constatação é amparada teoricamente pelo autor no conceito de “exclusivo colonial” de Fernando Novais (1995).

Cano também não concorda com o argumento furtadiano de que a relação capital-produto na economia mineira era menor do que na economia do açúcar. A partir de alguns cálculos, concluiu que a relação capital-produto é similar nas duas economias. Não obstante, ainda colocou em reflexão outros aspectos da economia mineira, dos quais chamamos atenção para a questão da maior mobilidade social dos escravizados e a questão da “alta rentabilidade” da empresa mineira.

Sobre a primeira questão, Cano enfatizou que a possibilidade de alforria não estava simplesmente nas mãos dos trabalhadores escravizados. Na verdade, para o autor, o que determinava isso era o ciclo do ouro e a respectiva onerosidade da manutenção dos escravizados num contexto de crise e baixa rentabilidade. Para questionar a alta rentabilidade, o autor se baseou em uma pesquisa quantitativa e documental sobre a produção e produtividade para os anos 1735-1749 (auge da produção) e dados de consumo e preços para formar um gasto mínimo anual de trabalhadores livres ou escravizados em 1703 (início da atividade). A partir disso, simulou a rentabilidade de três plantas de empresas: individual, empresa média que possui 10 pessoas escravizadas e a empresa grande que detém 50 pessoas escravizadas, constatando que houve taxas altamente negativas de rentabilidade para as três plantas e outros impactos que elevaram o custo de vida.

Após colocar vários pilares do argumento de Furtado em questionamento, oferecendo evidências contrárias, Cano apresentou novos elementos para fortalecer sua tese central de que não havia possibilidade de industrialização. Primeiramente, lançou um olhar crítico em relação às outras atividades que não a mineração. Se o custo da mão de obra era elevado para a mineração, também o era para a agricultura e manufatura para expandir suas atividades. Em segundo lugar, a área de mercado se restringia a Minas, uma vez que, embora os altos custos de transportes concedessem certa proteção à agricultura e manufatura, limitavam a extensão do mercado.

Esse mercado, por sua vez, estava em franca desintegração e desarticulação rumo à subsistência. A expansão para fora de seus limites se mostrava inviável, pois o mercado mais próximo e dinâmico – aberto à concorrência estrangeira e dotado de menores custos de transporte devido à proximidade ao ultramar – se encontrava no Rio de Janeiro. Para concorrer com os similares estrangeiros, a manufatura teria de elevar bastante sua produtividade. A questão é que os estrangeiros eram os ingleses, cuja economia estava em franco desenvolvimento tecnológico no âmbito da Revolução Industrial, o que seria particularmente difícil. Especificamente sobre o Alvará de 1785, Cano não lhe atribuiu toda a importância que o fez Castro, pois quando há o decreto, a produção aurífera já havia se reduzido à terceira parte em relação à década de 1740. Ainda, o decreto proibiu os tecidos mais refinados, mas não houve proibição dos tecidos grossos, majoritariamente utilizados pelos trabalhadores escravizados.

A respeito desse debate, que envolveu outros autores, há uma questão metodológica fundamental apontada por Paula (2012a), qual seja, a tentativa de dar cientificidade à investigação histórica e a relação entre teoria-história. Para o autor, mesmo baseando-se em documentos, a própria formulação do problema – se havia condições de industrialização – deve ser questionada. Em primeiro lugar, porque não existem condições abstratas de industrialização, pois cada processo histórico é particular e relacionado às relações econômicas e sociais de um dado espaço. Em segundo lugar, porque a industrialização é um conceito histórico e a existência de fábricas não assegura o processo de industrialização. Portanto, o autor insiste na importância de um quadro teórico-conceitual na investigação histórica.

João Antônio de Paula (1983) participou desse debate em um outro conjunto de textos publicados nos Anais do II Seminário sobre a Economia Mineira do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais intitulado *Dois Ensaios sobre a Gênese da Industrialização em Minas Gerais: A Siderurgia e a Indústria Têxtil*. Utilizando uma coleção de fontes primárias que vai desde documentos oficiais – o relatório da Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais de 1893, o relatório da Diretoria da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira de 1928, o Diagnóstico da Economia Mineira do BDMG, o Código de Registro de Contratos Industriais encontrado no Arquivo Público Mineiro – até obras escritas durante o século XIX – *Pluto brasiliensis*, do barão de Eschwege ([1833] 2011), de 1833 e *A indústria Mineral na Província de Minas Gerais*, de Armand de Bovet (1883) –, Paula constrói uma análise que combina dados a respeito das condições econômicas do período com relatos que ilustram a mentalidade da época, situando culturalmente e historicamente o contexto de formação das indústrias têxtil e siderúrgica em Minas Gerais.

Diferente de Cano e Castro, Paula (1983) confere importância maior a um outro Alvará, menos memorável, de 28 de abril de 1809, para fundamentar sua argumentação favorável à viabilidade da industrialização em Minas Gerais do início do século XIX. Esse Alvará é instituído no bojo da instalação da Corte no Brasil, fato simbólico que iniciou o processo de derrocada do império colonial português, e expressava uma tentativa deliberada de industrialização na colônia, estabelecendo isenção de impostos de importação de matérias primas e de exportação e uma série de subsídios para empresários de manufatura e inventores

de maquinaria. Segundo o autor, tal Alvará não foi suficiente para fomentar a industrialização no Brasil devido ao Tratado de Comércio de 19 de fevereiro de 1810, que abre os portos brasileiros privilegiando as mercadorias inglesas.

Apesar da predominante omissão dos governos imperiais quanto ao desenvolvimento da indústria no Brasil, ocorreram tentativas de implantação da grande siderurgia no país, inclusive com plantas em Minas Gerais¹⁹: uma delas planejava um empreendimento de construção de altos-fornos para produção de ferro financiado com recursos públicos. Paula (1983, p.24) afirma que o sucesso de tal projeto “significaria, efetivamente, a constituição, no Brasil, da Grande Indústria do Ferro antes mesmo que a Inglaterra o fizesse”.

Paula não atribui, contudo, o fracasso do empreendimento – e da implantação da grande siderurgia como um todo – a um problema de demanda, como proposto por Celso Furtado, tendo em vista que a indústria de bens de capital não é condicionada pela demanda corrente e, mesmo que fosse, não faltavam forjas produzindo ferro com tecnologias rudimentares e escoando sua produção por toda a capitania mineira. Nesse sentido, o autor reitera que havia viabilidade de desenvolvimento de uma grande indústria do ferro em Minas Gerais durante o início do século XIX, antes da Segunda Revolução Industrial do aço na Inglaterra; no entanto, esbarrou em limites como a inexistência de uma infraestrutura adequada de transportes e a ausência de uma política governamental consistente de industrialização.

Quanto ao desenvolvimento da indústria têxtil, Paula (1983) também vai de encontro à interpretação furtadiana ao atestar que esta sobrevive mesmo com as pressões inglesas, já que a fabricação de tecidos grosseiros de algodão enquadrava-se na exceção do Alvará de 1785. A questão é que Minas Gerais abrigava uma indústria doméstica e pulverizada com atraso progressivamente maior em relação à indústria têxtil paulista, como já mencionado.

Paula não abandona o eixo temático da história da economia mineira. Nos anos 2000, com a obra *Raízes da modernidade em Minas Gerais*, o autor procura não só elucidar a natureza diversificada e complexa da economia mineira, como também situá-la num pano de fundo mais amplo, englobando a aclimação das

¹⁹ Com destaque para duas plantas: a fábrica de ferro de fornos baixos do Barão de Eschwege, em Congonhas do Campo (hoje Congonhas - MG) e a Real Fábrica de Ferro do Morro do Gaspar Soares, empreendimento fracassado do Intendente Câmara no Morro do Pilar - MG.

instituições e elementos socioculturais da modernidade ibérica na realidade de Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX, considerando a herança colonial na construção da política, as especificidades do processo de urbanização mineiro e a constituição de um sistema cultural próprio e heterogêneo, procurando construir, a partir das descobertas historiográficas anteriores, uma interpretação totalizante sobre Minas Gerais (Paula, 2000).

Esse livro se tornou canônico na historiografia da História de Minas Gerais e evidencia tanto o desafio quanto a possibilidade de construir uma interpretação totalizante a respeito da História de um lugar, independente da escala escolhida. Isso porque a pesquisa sistemática, com utilização rigorosa das fontes primárias, possibilitou corrigir generalizações e, atualmente, as mais diversas descobertas podem ser incorporadas às novas interpretações. Nesse sentido, pontuamos que a construção de uma interpretação totalizante, embora seja ensaística, também é rigorosa e desafiadora.

4. Considerações finais

Procuramos argumentar neste artigo que essa mudança no modo de apreender a realidade econômica e social da economia mineira, a partir da década de 1970, esteve intimamente imbricada, e é mais inteligível, se considerada à luz, primeiro, das transformações na historiografia da história econômica e, segundo, por meio das distintas temporalidades experimentadas por esses dois grupos de intelectuais.

Nesse sentido, é preciso situar ambas as produções teóricas nos seus distintos contextos de produção intelectual. Primeiro, a produção vinculada ao modernismo expressada pela realização de ensaios críticos que visavam interpretar os dilemas da vida moderna. Nos ensaios modernistas de Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado, a marcha para a formação de um “Brasil contemporâneo” aberto à possibilidade de construção de uma nação nos trópicos, passaria necessariamente pela ruptura do “sentido da colonização” e pela “mudança do centro dinâmico” da economia a partir da promoção da atividade industrial. Dessa forma, o estudo da formação econômica da capitania mineira do século XVIII e início do XIX empreendido por esses autores foi enquadrado dentro de um projeto maior de interpretação do Brasil.

De fato, esses autores estabeleceram o imaginário da formação da economia mineira (e brasileira). No entanto, esse ideário foi sendo alterado a partir do processo de profissionalização e especialização da atividade intelectual - dentro do contexto de fundação e formalização de centros de pós-graduação inaugurados em meados da década de 1960. Aqui surgiu uma nova maneira de produzir História no Brasil e, no âmbito da historiografia, se intensificou a crítica e o tratamento das mais diversas fontes, primárias e secundárias: documentos oficiais, cartas, ofícios, diários, relatos, acervo de antigos jornais, registros orais, entre outras.

O contato com essas práticas permitiu a identificação de lacunas nas interpretações clássicas. Em particular, os trabalhos realizados nesse momento evidenciaram uma Minas Gerais, ou melhor, muitas Minas Gerais, até então escondidas nas grandes sínteses. O foco nas diversas regiões da província e suas articulações afastaram a concepção de estagnação da economia mineira e revelaram as existências das estruturas de poder que condicionam a própria estrutura econômica. Essa mudança na escala do objeto de pesquisa permitiu a elaboração de explicações mais precisas e a descoberta de novos fatos com evidências mais robustas, avançando o conhecimento desenvolvido até então pelos grandes intérpretes a partir da incorporação das particularidades encontradas. A especialização, o acesso às fontes, práticas em arquivos históricos e a confrontação das grandes sínteses com a descoberta de realidades econômicas e sociais específicas foi um movimento fundamental para o conhecimento das realidades materiais e históricas. Contudo, o escopo dessas pesquisas era mais fragmentado: atinha-se a um problema circunscrito a um período, a uma região, ou até a uma personalidade histórica. Isso porque o trabalho necessário para desenvolver uma interpretação totalizante que abrange um intervalo multissecular com tal grau de rigor metodológico é impraticável dentro da lógica acadêmica produtivista que passou a vigorar e persiste ainda hoje.

Mais especificamente, a delimitação espacial da pesquisa da História no Brasil permitiu a existência de uma visão mais abrangente da realidade econômica, possibilitando, no contexto da década de 1970, a explicação de fenômenos centrais, como o atraso relativo de Minas Gerais a São Paulo, contribuindo para a orientação do planejamento estadual e a elaboração de políticas públicas. Sendo assim, consideramos que essas duas maneiras de pesquisar a História são interdependentes: uma oferecendo uso de uma ampla gama de fontes, enquanto a

outra contribui para a análise mais ampla do conjunto. Cabe lembrar que o ofício do historiador é olhar para além do conjunto de eventos, processos e contextos, procurando compreender os motivos, as causas, as consequências, os significados, a lógica da sociedade, as ideias vigentes, as dinâmicas de poder, entre muitos outros aspectos. Por esse motivo, argumentamos que, atualmente, é não somente possível, mas necessária, a elaboração de novas teses totalizantes, sobretudo a respeito da História do Brasil.

Referências

ALDEN, D. *O significado da produção de cacau na região amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada*. Belém: NAEA/UFPA, 1974.

ARRUDA, M. A. do N. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. *Tempo Social*, v. 16, n. 1, p. 107-118, 2004.

AZEVEDO, J. L. *Épocas de Portugal econômico. Esboços de história*. Lisboa: Editora de A. M. Teixeira & c.a (filhos), 1928.

BARBOSA, W. de A. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1971.

BEGARD, L. W. The mining-driven economy and its demise: from settlement to 1808. In: BEGARD, L. W. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BRAUDEL, F. No Brasil: dois livros de Caio Prado Jr. *Revista Praga: estudos marxistas*, n. 8, p. 133-137, [1948] 1999.

BURKE, P. *The French historical revolution: Annales School 1929–89*. Cambridge: Polity Press, 1990.

CANABRAVA, A. P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67. *Revista Brasileira de Economia*, v. 26, n. 4, p. 95-123, 1972.

CÂNDIDO, A. O significado de Raízes do Brasil. Prefácio. In: HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.

CANO, W. A economia do ouro em Minas Gerais (século XVIII). In: CANO, W. *Ensaio sobre a formação econômica regional*. Campinas: Editora da Unicamp, [1973] 2002.

CARDOSO, C. F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1979.

CASTRO, A. B. de. A herança regional no desenvolvimento brasileiro. In: CASTRO, A. B. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

COSENTINO, D. A economia mineira no século XIX e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. *Revista Debate Econômico*, v. 1, n. 2, p. 28-53, 2013.

DIAS, F. C. *O Movimento Modernista em Minas: uma interpretação sociológica*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1971.

DIAS, M. N. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Tese (Concurso à Livre Docência). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1960.

DINIZ, C. C. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto Brasiliensis*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, [1883] 2011.

FARIA, S. Ciclo econômico. In: VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FLORENTINO, M. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, P. C. D. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRAGOSO, J. L. R. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista colonial: Rio de Janeiro (1790-1888)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense (UFF). 790f. Niterói, 1990.

FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, J. L. R.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora, [1933] 2019.

FURTADO, C. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, [1959] 1980.

FURTADO, C. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.

GIROLETTI, D. *A modernização capitalista em Minas Gerais – a formação do operariado industrial e de uma nova cosmovisão*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GRAÇA FILHO, A. de A. *A Princesa do Oeste: Elite Mercantil e Economia de Subsistência em São João del Rei (1831-1888)*. 1998. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5–27, 1988.

HOLANDA, S. B de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, [1936] 1984.

LACERDA, G. do C. *Desenvolvimento e planejamento estadual em Minas Gerais*. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LENHARO, A. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

MAESTRI FILHO, M. J. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Caxias do Sul: EDUCS, [1980] 1984.

MARCHANT, A. *Do escambo à escravidão*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

MARTINEZ, P. H. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo. *Revista de História*, n. 146, p. 11-27, 2002.

MARTINS, R. B. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais - Brasil*. Tese de Doutorado (Economia). Faculty of the Graduate School of Vanderbilt University. Nashville, 1980.

NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, [1973] 1995.

NOVAIS, F.; FORASTIERI, R. Introdução. In: NOVAIS, F.; FORASTIERI, R. (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naif, 2013.

OLIVEIRA, F. de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PAULA, J. A. de. Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais: a siderurgia e a indústria têxtil. *Anais do II Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina, 1983.

PAULA, J. A. de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PAULA, J. A. de. História e teoria: sobre proto-industrialização. *História Econômica & História de Empresas*, v. 6, n. 2, p. 97-124, 2012a.

PAULA, J. A. de. O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história. *História Econômica & História de Empresas*, v. 5, n. 1, p. 7-39, 2012b.

PAULA, J. A. de. *O Capitalismo no Brasil*. Curitiba: Kottter Editorial, 2021.

PERRUCI, G. *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PIRES, A. J. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. Dissertação de Mestrado (História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, [1942] 2000.

PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, [1945] 2004.

PRADO JR., C. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, [1933] 2006.

REVEL, J. *História e Historiografia. Exercícios Críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SAES, A. M.; MARTINS, M. L. *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Caxias do Sul: EDUSC, 2012.

SAES, F. A historiografia econômica brasileira: dos pioneiros às tendências recentes da pesquisa em história econômica do Brasil. In: SAES, A. M.; RIBEIRO, M. A. R.; SAES, F. A. M. de. *Rumos da história econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017.

SIMONSEN, R. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, [1937] 2005.

SLENES, R. W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.

VIEIRA, R. M. Entrevista com Celso Furtado. *História oral*, v. 7, p. 21-40, 2004.